



# Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1992.

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Tadeu Lúcio Machado, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Edson Silva Lino, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Simões, Nilton Barbosa, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a presença no PEQUENO EXPEDIENTE do Prefeito

de Guaraqueçaba o Senhor LUIZ CHEMIN, no dia 09 de abril de 1.992.

Sala das Sessões, em 08.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

### JUSTIFICATIVA:

A presença do Prefeito Luiz Chemin, torna-se necessário para que se explique ao Paranã, quais os motivos do qual a população fez a Limpeza e Abertura de três quilômetros da ligação da Estrada Santa Maria à Batura, naquele Município, onde cerca de 250 famílias estão sendo beneficiadas.

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 087/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador LUIS RENATO PEDROSO.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.92.

(a) JOÃO PREIS

### JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Luís Renato Pedrosa, hoje, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, dedica-se há 35 anos com brilho ímpar, à Magistratura Paranaense.

Sempre preocupado com os problemas sociais de cada Comarca por onde passou, dedica grande parte de seu tempo, tentando sensibilizar e mobilizar a comunidade Paranaense, principalmente para a questão do menor abandonado.

Em 1964, graças à sua luta, foi criada em Londrina a Vara Especializada em Menores, Casamentos e Registros Públicos, para a qual foi promovido, possibilitando uma maior atuação nesta área.

Durante nove anos, presidiu a Associação dos Magistrados do Paraná, e neste período, a sua marcante capacidade de dialogar, de esvaziar as tensões, de tornar o radical, maleável em benefício da classe, fez história e abriu caminho para as demais gestões que se seguiram. Se hoje, o Judiciário Paranaense é forte, independente e respeitado, deve, ao menos, uma parcela dessa grandeza ao Desembargador Luís Renato Pedrosa.

Pelo brilhantismo da sua conduta como Magistrado, foi agraciado com a medalha

"do Mérito Judiciário", instituído por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e outorgada pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

Como Corregedor da Justiça, no biênio 83/84, os Juizes e Serventuários da Justiça, tiveram a oportunidade de conviver com aquele que sabia exigir correição profissional e honestidade, sem ser intransigente e desumano.

Eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, para o biênio 91/92, tem enfrentado com altivez as dificuldades políticas que advêm nos tempos de crise econômica e social.

Tendo sempre ao seu lado, a esposa Maria Alice, conseguiu unir a família judiciária em torno da sua liderança, e dessa forma, fazer as mudanças necessárias para aproximar cada vez mais, a Justiça do povo.

Uma das suas metas, que já atinge proporções inacreditáveis, é a de instalação dos Juizados de Pequenas Causas em todo o Paraná.

Nada mais importante para o povo, que a crença e a confiança na Justiça! E com o Desembargador Luís Renato Pedroso liderando o Judiciário Paranaense, essa certeza é palpável!

Falar das qualidades do Desembargador Luís Renato Pedroso é desnecessário, pois elas são publicamente conhecidas, e com certeza, motivo de orgulho para todos os Paranaenses!

O "Curriculum Vitae" que anexamos ao presente, comprova a capacidade do Jurista, bem como da justeza da homenagem que ora propomos, sendo outorgado pelos Paranaenses o Título de Cidadão Benemérito, pelo seu trabalho em prol ao Paraná.

#### LUÍS RENATO PEDROSO

1. Nasceu em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 18 de fevereiro de 1928, sendo filho de Accácio Pedroso e Sara Sottomaio Pedroso, ambos falecidos.

2. Fez o curso primário no Grupo Escolar Bartholomeu Mitre, daquela cidade e o secundário no Liceu Rio Branco, de Curitiba.

3. Cursou a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, formando-se na turma de 1950, participando ativamente da política universitária.

4. Foi Promotor Público interino nas Comarcas de: Campo Mourão, Mandaguari e São José dos Pinhais. Ocupou a chefia de Gabinete do Diretor do então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, de 1953 a 1955, tendo exercido, antes, o cargo de advogado do Departamento de Estradas e Rodagem.

5. Deixou a Chefia do Gabinete para assumir o cargo de Juiz Substituto da Seção Judiciária sediada em Londrina e

abrangendo as Comarcas de Londrina, Cambé e Rolândia.

6. Submetendo-se a concurso para a Magistratura vitalícia, classificou-se em 1º lugar e foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Araruva, hoje Marilândia do Sul, assumindo em janeiro de 1957.

7. Foi promovido por merecimento para a Comarca de Segunda Entrância de Astorga, onde permaneceu, como Juiz, até meados de 1964, eis que, tendo sido elevada a Comarca de Segunda para Quarta Entrância, também foi beneficiado com tal elevação.

8. Em 1964 foi removido, por merecimento, para a Comarca de Londrina, ocupando a 3ª Vara.

Preocupado com o grave problema do menor abandonado e infrator, sugeriu ao Egrégio Tribunal de Justiça, através da Associação dos Magistrados do Paraná, a criação de uma Vara Especializada ou, quando menos, uma Vara de Menores, Casamentos e Registros Públicos, tendo sido acolhida esta última sugestão, sendo removido, por merecimento, para a mesma. Fez várias palestras a respeito do problema.

9. E, 1966, meados de outubro, foi promovido, ainda por merecimento, para o cargo de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Curitiba e, tão logo assumiu, foi removido, também por merecimento, para a então 1ª Vara da Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

10. Em 1970, com a criação do Tribunal de Alçada, foi nomeado Juiz, pelo critério de merecimento.

11. Em 22 de fevereiro de 1974 foi eleito, por unanimidade, Vice Presidente do Tribunal de Alçada.

12. Em 03 de fevereiro de 1975, novamente foi eleito Vice-Presidente, para o biênio 75/76, eis que anteriormente só o fora para completar mandato.

13. Em 02 de fevereiro de 1977 foi eleito Presidente do mesmo Tribunal, para o biênio 77/78.

14. Todavia, em abril de 1978 foi nomeado, ainda por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assumindo em maio.

15. Foi professor da Faculdade Estadual de Londrina, tendo sido o paraninfo da turma de 1966.

16. Foi Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e é professor licenciado de Direito Comercial da Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

17. Na cidade de Astorga, onde exerceu a judicatura por oito anos, sempre colaborou com a comunidade local, tendo sido professor da Escola Normal Monsenhor Celso e do Colégio Comercial, neste último, sem perceber qualquer remuneração.

Fundou e manteve um Grupo de Escotis-

mo.

18. Recebeu os títulos de "Cidadão Honorário", das seguintes Comarcas:

01. Astorga
02. Jaguapitã
03. Rio Branco do Sul
04. Marilândia
05. Londrina
06. Piraquara
07. Colombo
08. Engenheiro Beltrão
09. Quinta do Sol
10. Faxinal
11. Jaguariaíva
12. Paraíso do Norte
13. Marechal Cândido Rondon
14. Colorado
15. Iretama
16. Campina da Lagoa
17. Peabiru
18. Fênix
19. Medianeira

e Título de Cidadão Benemérito de:  
Foz do Iguaçu.

19. É detentor da Medalha do "Mérito Judiciário", instituído por Decreto do Presidente da República e outorgada pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

20. Ocupou o cargo de Secretário e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, terminando o mandato presidencial, em vista do falecimento do saudoso Des. Aurélio Feijó.

21. Foi eleito Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná para o biênio de 77/78 e reeleito para o biênio 79/80. Novamente foi eleito Presidente de tal entidade de classe, mas para o triênio 1985/1987.

22. Foi eleito, ainda, para o biênio 80/81, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

23. Tem vários trabalhos jurídicos publicados em revistas especializadas e pronunciou inúmeras palestras principalmente sobre a justiça e o Judiciário.

24. Em dezembro de 1982 foi eleito Corregedor da Justiça, para o biênio 1983/1984.

25. É membro do Rotary Club de Curitiba Norte, na classificação "Veterano", tendo exercido a Presidência do mesmo.

26. É viúvo de Orçula Lange Pedroso e tem seis filhos e onze netos.

27. É casado em segunda núpcias com Maria Alice Nogueira Pedroso e tem três enteados.

28. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 91/92 tendo assumido suas funções no dia 1º de fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do Tribunal de Justiça, Of. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Emenda Modificativa do Tribunal de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno as Emendas aprovadas em 2ª discussão.

Em votação a Emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

14 Srs. Deputados aprovam a emenda.

10 Srs. Deputados rejeitam a emenda.

Não há quórum para votação, só para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pitanga o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico e Desportivo da Rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 510/91  
EMENDA DE PLENARIO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ....- Fica assegurado aos professores aposentados que cumpriram na atividade os requisitos exigidos para percepção da gratificação de Regência de Classe, a incorporação do referido benefício aos seus proventos de inatividade."

Sala das Comissões, em 08.04.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamento: Carlos Simões, Domingos Carvalho, Toti Colaço, Nelson Garcia, Dobrandino da Silva, Eurides Moura.

JUSTIFICATIVA:

Tanto na Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 4º e , como a Constituição do Paraná, que repete o mesmo texto da Carta Magna em seu art. 35, §§ 3º e , asseguram aos servidores inativos a percepção das mesmas vantagens atribuídas aos funcionários em atividade.

A gratificação pela Regência de Classe foi instituída antes da promulgação das Constituições do Brasil e Paraná, ficando omissa a legislação vigente quanto ao direito dos professores inativos em ter incorporados aos seus proventos tais benefícios.

É incompreensível que o professor, já aposentado, que tenha cumprido em atividade os mesmos requisitos que asseguram aos mestres em atividade o direito de incorporar aos seus proventos a referida gratificação, permaneçam em situação de desigualdade.

A presente emenda deve ser considerada como causadora de aumento de despesa, pois tem como objetivo apenas regulamentar dispositivo constitucional que assegura aos professores inativos a incorporação da gratificação de Regência de Classe, em igualdade com os seus colegas em atividade, independentemente de qualquer alteração na legislação vigente.

Nosso intento é disciplinar o pagamento, autorizando que assim se proceda de imediato, independentemente de qualquer iniciativa por parte do beneficiário, salvo referentes a períodos anteriores à vigência desta lei.

Por outro lado, ainda que este plano de lei não seja sancionado, a alteração proposta servirá de alerta ao Poder Executivo, que poderá acatar a proposição como sugestão para encaminhamento de anteprojeto da matéria.

O mesmo irá à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado GERALDO

CARTARIO, que altera a redação do Art. 2º, da Lei nº 6517, de 02.01.74, nele incluindo os Municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/92, de autoria do Deputado EURIDES MOURA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DE ROLÂNDIA, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE EMANUEL, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DIAMANTE DO NORTE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/92, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA EVANGÉLICA MISSIONÁRIA SO O SENHOR É DEUS, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS NATURAIS - ABIANI, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/92, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 407, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, que requer a presença, no Pequeno Expediente, do Prefeito Municipal de Guaraque-

çaba, Sr. Luiz Chemin, constante do expediente. - Deferido.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/92.

##### EM VOTAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 509 e 604/91, 028, 036, 051, 054, 058 e 060/92.

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 526/91 e dos Projetos de Lei n°s 473 e 613/91, 006, 008, 011, 043, 071, 075, 078 e 081/92.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Rafael Greca de Macedo. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei n° 282/91 e Projeto de Lei n° 536/91, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Presidente

Elisa Sotomaior Maruska  
Secretária

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei n° 083/85 e Projeto de Resolução n° 084/91, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

Elisa Sotomaior Maruska  
Secretária

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final ao seguinte processo: Projeto de Lei n° 005/87, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

Elisa Sotomaior Maruska  
Secretária